

SISTEMA DOS JUÍZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE JURISDICIONAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS
COMARCA DE VISCONDE DO RIO BRANCO

SENTENÇA

PROCESSO N.º : 0059051-25.2013.8.13.0720
AUTOR : João Batista de Oliveira
RÉUS : Estado de Minas Gerais
Município de Guiricema-MG
AÇÃO : Obrigação de Fazer

João Batista de Oliveira requer que o Estado de Minas Gerais e o Município de Guiricema sejam condenados a lhe fornecerem mensalmente os medicamentos Junemet 50/500mg, com 60 comprimidos, Flavona 450/500mg, com 60 comprimidos, Condoflex Sachê, com 30 unidades, Glimpirida 2mg, com 60 comprimidos, e Inapen SR 1,5mg, com 60 comprimidos, pois foi diagnosticado com diabetes (tipo 2), cujo tratamento depende do uso regular dos medicamentos prescritos, mas não dispõe de condições financeiras para adquiri-los e os réus se negam a fornecê-los.

A antecipação de tutela requerida foi indeferida (f.24 verso)

As partes compareceram à audiência de conciliação, instrução e julgamento mas não celebraram acordo. O réus ofertaram suas respectivas contestações, que foram devidamente impugnadas. Em seguida, as partes disseram não ter mais provas a produzir, concordando com o julgamento do feito no estado em que se encontra.

Defiro ao autor a assistência judiciária requerida, pois estão preenchidos os requisitos legais.

Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo Município de Guiricema-MG, isto porque o Município é solidariamente responsável com o Estado e a União no caso em questão.

No mérito, o pedido do autor é procedente.

De acordo com o art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado.

A saúde, consoante o mandamento do art. 196 da Constituição, é caracterizada como "direito de todos e dever do Estado", de modo que as políticas públicas pertinentes consolidadas pelos entes da federação devem ser observadas no sentido de efetuar

do razoável, em cada caso concreto, por viabilizarem a própria prestação do direito.

Resta comprovado nos autos que o autor é portador da enfermidade diagnosticada com diabetes (tipo 2) e necessita do uso regular e contínuo dos medicamentos que lhe foram prescritos (f. 15), conforme declarado por seu médico. Contudo, não dispõe de condições financeiras para adquiri-lo e os réus se negam a fornecê-lo.

Não assiste razão aos réus nas alegações de que os medicamentos não podem ser fornecidos, pois, de forma alguma, se pode inviabilizar ao autor o tratamento prescrito pelo médico responsável; o direito à vida e à saúde deve prevalecer sobre qualquer outra garantia constitucional. Não existe razão plausível para os réus se negarem a satisfazer a pretensão do autor. Não podem meras questões administrativas, como as citadas nas contestações, servir de barreira para o fornecimento dos medicamentos pretendidos.

Além disso, os réus não negam a necessidade do medicamento pleiteado, apenas questionam a existência de terapia alternativa e a obrigação de fornecê-lo. Porém, ainda que exista insumo alternativo para o caso do autor, mas que não atende suas necessidades e ainda coloca em risco sua saúde e vida, tenho que aqueles indicados pelo médico são os únicos recomendados para ele.

Posto isso, julgo procedente o pedido inicial e condeno o Estado de Minas Gerais e o Município de Guiricema-MG a fornecerem, imediatamente, para João Batista de Oliveira, mensalmente e por tempo indeterminado, os medicamentos unemet 50/500mg, com 60 comprimidos, Flavona 450/500mg, com 60 comprimidos, Condroflex Sachê, com 30 unidades, Glimepirida 2mg, com 60 comprimidos, e Inapen SR 1,5mg, com 60 comprimidos, desde que seja apresentada mensalmente e retida a respectiva receita médica. Deverão, ainda, incluí-lo em programa específico para esse fim, sob pena da multa diária de R\$100,00, limitada a R\$10.000,00,

Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 9.099/95.

Publique-se, registre-se e intímem-se.

Visconde do Rio Branco, 06 de março de 2014.

Jayme de Oliveira Neto

Juiz de Direito

**SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE JURISDICCIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS
COMARCA DE VISCONDE DO RIO BRANCO**

PROCESSO N. : 00059051-25.2013.8.13.0720

Município de Guiricema interpôs embargos de declaração contra a sentença de f. 109/110, sob os argumentos de que não houve pronunciamento em relação a condição financeira do autor e não foi definido o ônus e a forma de entrega dos medicamentos.

Assiste parcial razão ao embargante em seu inconformismo, pois realmente não foi definido o ônus da entrega do medicamento. Ao contrário, em relação à condição financeira do autor, o que se pretende com os argumentos levantados é a modificação da decisão, o que não pode ser alcançado com os embargos de declaração, mas por meio de recurso inominado.

Quanto ao pedido de definição do ônus da entrega dos medicamentos, embora não tenha constando no dispositivo da sentença, não restam dúvidas que a responsabilidade dos réus é solidária, conforme esclarecido na fundamentação da mencionada sentença.

Melhor sorte não assiste à embargante com a alegação de não foi definido a forma de entrega dos medicamentos, pois tal questão é administrativa.

Posto isso, julgo parcialmente procedentes os embargos de declaração interpostos pelo Município de Guiricema e, por consequência, declaro a sentença de f. 109/110, cujo dispositivo passa a ser o seguinte: "Posto isso, julgo procedente o pedido inicial e condeno o Estado de Minas Gerais e o Município de Guiricema, solidariamente, a fornecerem, imediatamente para João Batista de Oliveira ...".

No mais, a sentença permanece tal como foi lançada.

Publique-se, registre-se e intímem-se.

Visconde do Rio Branco, 14 de março de 2014.

**Jayme de Oliveira Maia
Juiz de Direito**



Melhor visualizado nas versões mais recentes dos navegadores Internet Explorer, Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Versão de 06/11/2017 15:10

» Consultas » Andamento Processual » 1ª Instância » Resultados

1ª Instância: [Números](#) [Partes](#) [Advogados](#) [Certidão](#) 2ª Instância: [Números](#) [Partes](#) [Advogados](#)

Comarca de Visconde do Rio Branco - Dados do processo

Todos os Andamentos

[Voltar](#)

[Imprimir](#) [Nova Consulta](#)

NUMERAÇÃO ÚNICA: 0059051-25.2013.8.13.0720

SECR JUIZO L12153/09

BAIXADO

ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE EM		26/04/2016
26/04/2016		
BAIXA DEFINITIVA		26/04/2016
PROFERIDO DESPACHO - MERO		
EXPEDIENTE		08/03/2016
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	02/03/2016
JUNTADA DE PETIÇÃO (OUTRAS)		02/03/2016
PROCESSO REATIVADO		01/03/2016
BAIXA DEFINITIVA		26/06/2015
PROFERIDO DESPACHO - CUMpra-SE		14/05/2015
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 73494	29/04/2015
JUNTADA DE PETIÇÃO DE		
MANIFESTAÇÃO		29/04/2015
PROFERIDO DESPACHO - MERO		
EXPEDIENTE		02/03/2015
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	24/02/2015
PUBLICADO DESPACHO INTIMAÇÃO		30/01/2015
PROFERIDO DESPACHO - MERO		
EXPEDIENTE		05/12/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	02/12/2014
PUBLICADO DESPACHO . EM		20/11/2014
 PROFERIDO DESPACHO - MERO		
EXPEDIENTE		18/11/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 73494	12/11/2014
JUNTADA DE OFÍCIO		12/11/2014
PUBLICADO DESPACHO VISTA AO AUTOR		
EM		04/11/2014
PROFERIDO DESPACHO - MERO		
EXPEDIENTE		30/10/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	28/10/2014
RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO		28/10/2014

JUNTADA DE PETIÇÃO (OUTRAS)		15/10/2014
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	000521A/MG	14/10/2014
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	000521A/MG	30/09/2014
 PUBLICADO DESPACHO VISTA ÀS PARTES EM		26/09/2014
PROFERIDO DESPACHO - VISTA PARTES		24/09/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	18/09/2014
JUNTADA DE AVISO DE RECEBIMENTO		18/09/2014
RECEBIDOS OS AUTOS DA TURMA RECURSAL		18/09/2014
REMETIDOS OS AUTOS À TURMA RECURSAL UBÁ - MG		03/07/2014
ATO ORDINATÓRIO MERO EXPEDIENTE		03/07/2014
EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO		30/06/2014
PROFERIDO DESPACHO - EXPEÇA-SE		29/05/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	23/05/2014
JUNTADA DE PETIÇÃO (OUTRAS)		23/05/2014
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		23/05/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	21/05/2014
JUNTADA DE AVISO DE RECEBIMENTO		09/05/2014
PUBLICADO DESPACHO VISTA AO AUTOR EM		15/04/2014
JUNTADA DE PETIÇÃO DE RECURSO INOMINADO		11/04/2014
EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO		11/04/2014
PUBLICADO DESPACHO VISTA AO AUTOR EM		09/04/2014
 PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		07/04/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	02/04/2014
JUNTADA DE PETIÇÃO DE RECURSO INOMINADO		02/04/2014
 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO ACOLHIDOS	PUB. JORNAL:04/04/14JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	01/04/2014
CONCLUSOS PARA JULGAMENTO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	21/03/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 73494	21/03/2014
JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO		21/03/2014
 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS	PUB. JORNAL:24/03/14JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	20/03/2014
CONCLUSOS PARA JULGAMENTO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	13/03/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 73494	13/03/2014
JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO		13/03/2014
JUNTADA DE CARTA PRECATÓRIA	C-BELO HORIZONTE/MG	10/03/2014
 JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO	PUB. JORNAL:11/03/14JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	07/03/2014
CONCLUSOS PARA JULGAMENTO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 73494	27/02/2014
AUDIÊNCIA UNA REALIZADA	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	27/02/2014
JUNTADA DE PETIÇÃO (OUTRAS)		25/02/2014
JUNTADA DE PETIÇÃO DE		10/01/2014

JUNTADA DE MANDADO		16/12/2013
MANDADO DEVOLVIDO CUMPRIDO		16/12/2013
MANDADO 02		
EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA BELO HORIZONTE		26/11/2013
AUDIÊNCIA UNA DESIGNADA	15:30 JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	27/02/2014
PROFERIDO DESPACHO - INDEFERIDO(A)		19/11/2013
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) PRESIDENTE(A) 26971	13/11/2013
DISTRIBUÍDO POR SORTEIO		14/11/2013

Consulta realizada em **23/11/2017 às 14:17:56**

[Voltar](#)

[Imprimir](#) [Nova Consulta](#)